

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



MATTOS, Gastão de Mello de

(Aveiro, 11 de Dezembro de 1890 – Lisboa, 29 de Dezembro 1971)

Contrariamente ao que sucede com a sua obra, a vida de Gastão de Mello de Mattos remete-nos para um quase absoluto silêncio, que só poderá ser preenchido com a associação de detalhes dispersos, nem sempre associados à *persona* académica que o colocou no caminho da História. António da Silva Rêgo considerou-o um dos membros «mais activos, embora menos conhecidos» da Academia Portuguesa da História (A. Rêgo, *History in times of fascism...*, 2015, p. 27) e, de facto, assim permaneceu. Filho de José Maria de Mello de Mattos e de Hostilina Gomes Teixeira de Mattos, nasceu em Aveiro no dia 11 de Dezembro de 1890 e viria a morrer em Lisboa aos 81 anos de idade. O seu pai, nascido no Porto, foi engenheiro do Ministério das Obras Públicas desde 1886, e passou pela banca, enquanto director do Montepio Geral. Tal como o filho, publicou vasta obra e foi ainda director da revista *Construção Moderna*.

Fez a sua formação na Escola do Exército, passando posteriormente a oficial de artilharia, servindo na primeira Guerra Mundial, em 1917, na expedição a Moçambique (*Processo Político do Capitão de Artilharia Gastão de Mattos*, Arquivo Histórico Militar, Direcção de Justiça e Disciplina), prestação de serviço que lhe valeu a promoção ao posto de capitão (C. Ferreira, “Aveirenses Ilustres...”, 2020). Contudo, em 1919, seria demitido do exército, acusado de ser, como o próprio viria a assumir, «o monárquico conhecido que é» (B. Maia, *As minhas entrevistas...*, 1928). Aos 35 anos, quando interrogado sobre a sua profissão, na sequência dos acontecimentos daquela que ficaria conhecida para a história como a “Noite Sangrenta”, respondeu apenas ser «proprietário no Porto» (Idem, *ibidem*), sem adiantar mais detalhes. Pouco tempo depois, em 1932, Mello de Mattos surge, tal como o seu pai, associado à banca, enquanto comissário do governo no Banco Português e Brasileiro. Esta seria apenas uma das variadas funções que desde cedo o ligaram ao governo, tendo ainda ocupado os lugares de vogal da Comissão de Censura dos Espetáculos (C. Ferreira, “Aveirenses Ilustres...”, 2020) e membro do Centro de Acção Popular, um grupo formado, em 1948, no interior da União Nacional que uniu académicos, militares e políticos numa facção mais próxima de Marcello Caetano (“Centro de Acção Popular”, *Polítipedia*). Alfredo Pimenta chegou a sugerir ainda o nome de Mello de Mattos para director do Arquivo Histórico Militar, o que nunca chegaria a acontecer por não cumprir os requisitos legais necessários para ocupar aquele cargo (Carta de Santos Costa para Alfredo Pimenta, 24 de Agosto de 1949, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta). Além deste voto de confiança, Pimenta não escondeu a sua admiração por Mattos, seu amigo íntimo, chegando a afirmar publicamente que o considerava intelectualmente superior a figuras como António Sardinha (A. Ventura, “António Sardinha Republicano”,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

2003).

Militar na reserva, por volta dos 40 anos de idade Gastão de Mello de Mattos começou a desenvolver a sua actividade intelectual, tendo participado em importantes eventos científicos internacionais e nacionais, tais como os Congressos internacionais das Ciências pré-históricas e proto-históricas, realizados em Lisboa (1932), em Oslo (1937) e no Porto (1942) e no Congresso para o Progresso das Ciências em Espanha (Córdova, 1944, e San Sebastián, 1947). Perfeitamente enquadrados naquelas que eram as linhas programáticas ideológico-culturais do regime do Estado Novo, onde se incluía a glorificação de episódios dinasticamente fundacionais, como a batalha de Aljubarrota (1385) ou a Restauração (1640), os seus trabalhos sobre história militar e política mereceram ainda lugar no Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo (1938) e nas comemorações do Centenário da Restauração e no Congresso do Mundo Português (1940). O seu patriotismo tornou-o numa figura que agradou particularmente ao nacionalismo do Estado Novo (E. Dias, “História Militar”). Mattos colaborou ainda activamente com vários periódicos, entre eles a *Acção Realista*, *Brotéria*, a *Arqueologia e História*, o *Diário da Manhã*, *Diário Popular*, a *Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, *Feira da Ladra*, *Ilustração Portuguesa* e a *Revista Guimarães*. A sua maturidade científica, no entanto, ficou comprovada nos contributos que deixou em importantes obras colectivas como a *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura* (1963), *Heráldica* (1969) ou o *Dicionário de História de Portugal* (1971). Foi autor de quase duas dezenas de entradas ainda hoje incontornáveis para a historiografia militar, merecendo destaque aquelas que escreveu sobre «armamento», «artilharia», «batalha», «besteiros», «capitão», «coronel», «exército», «infantaria», «fortificação», «postos militares», etc. Estas colaborações conjuntas são um espelho de um ofício frenético e multifacetado que desenvolveu em torno das suas principais áreas de interesse, de resto, desde logo bastante evidentes nos primeiros vinte anos da sua produção científica, que assentaram em estudos sobre história militar, política, diplomática, por vezes, extensíveis ao campo cultural, religioso e à heráldica, incidindo essencialmente no período da época Moderna. “Notícia de alguns memorialistas portugueses no princípio do século XVIII” (1929), “Nota sobre os postos no exército português...” (1930) ou “O significado político da Restauração” (1943) são apenas alguns exemplos das temáticas abordadas. *Nicolau Langres e a sua obra em Portugal* (1941) foi a sua primeira obra de grande fôlego, uma publicação inédita da colecção das plantas e dos projectos de fortificações seiscentistas da autoria do engenheiro francês Nicolau de Langres, que chegou a Lisboa em 1644, existentes na Biblioteca Nacional de Portugal, estudo inquestionavelmente pioneiro em Portugal no que respeita à exploração da «ciência da fortificação» (G. M. Mattos, *Nicolau Langres...*, 1941, p. 11).

A obra plural de Gastão de Mello de Mattos permite-nos compreender o motivo pelo qual defendeu, abnegando a insularidade dos historiadores e a especialização temática, o recurso à interdisciplinaridade e ao trabalho em equipa sustentado em projectos conjuntos agregadores de diferentes metodologias que, em sua opinião, deveriam ser idealmente dirigidos por um «técnico de ideias gerais» para assim se alicerçarem no conhecimento mais amplo proporcionado pelo todo do grupo (Idem, “Resposta do académico...”, 1956, pp. 39-41). Considerou que em Portugal apenas Virgínia Rau, sobre quem escreveu, em 1954, uma pequena nota biográfica aquando da admissão desta na Academia Portuguesa da História, partilhava desta mesma



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

visão (Idem, *ibidem*, p. 38). Se tivermos em conta este modo como Mello de Mattos encarava a forma de fazer História, percebemos facilmente a ponte que estabeleceu entre esta e a arqueologia militar, um campo pouco explorado em Portugal. O seu nome ficou associado às escavações realizadas no campo militar de São Jorge, o presumível local da batalha de Aljubarrota, no âmbito de um projecto realizado entre 1958 e 1960 em parceria com a Comissão de História Militar, liderado pelo arqueólogo Afonso do Paço, e que contou ainda com a participação do Tenente-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga que juntamente com Mattos seriam os «grandes entusiastas do estudo da batalha» (J. G. Monteiro, *Aljubarrota Revisitada*, 2001, p. 7). Os resultados preliminares destas escavações saíram a público em *Aljubarrota - Trabalhos em execução de arqueologia militar* (1958), um trabalho que, não obstante à natural datação e conclusões extraídas de intervenções mais recentes feitas no terreno, continua a ser revisitado pelos historiadores militares e tem produzido variadas e hipotéticas (re)interpretações reconstitutivas da batalha de Aljubarrota. Mello de Mattos continuou inclusivamente ligado àquele empreendimento após a conclusão do projecto e chegou mesmo a liderar visitas guiadas naquele campo de batalha.

O percurso historiográfico de Gastão de Mello de Mattos insere-se na lógica daquilo a que José Amado Mendes chamou a «história vista de dentro», fazendo coincidir a sua formação profissional com o seu ofício intelectual: um militar que trabalhava história militar (J. Mendes, “Caminhos e problemas...”, 1996, p. 393). Distinguiu-se pelas ideias inovadoras e temporalmente amplas no período cronológico que dista da idade média à contemporânea, incidindo particularmente nas formas de recrutamento do exército português, na carreira e organização militar, partindo muitas vezes de uma perspectiva micro e da «pequena guerra», que se deveria privilegiar em relação aos grandes marcos e campanhas militares (G. M. Mattos, *Um soldado...*, 1939, p. 5). Ademais, de braço dado com a história militar, a história política foi outro dos seus interesses, destacadamente o estudo da Restauração de 1640 e os fenómenos consequentes que foram cronologicamente além desta data, tais como a guerra com Castela (1640-1668) e as repercutentes crises internas da corte portuguesa nesta época. Na sua óptica, este era um tema quase inesgotável, ainda que as motivações de Mello de Mattos para o seu estudo se prendessem também com uma busca pessoal pela «verdade histórica» e pela vontade de desmistificar «a mentira acumulada durante mais de um século» (G. M. Mattos, *Nos bastidores...*, 1941, p. 7). Mattos apesar de dividir a História na sua matriz metade ciência, metade arte, considerava que a temporalidade finita e limitada desta disciplina tornava apenas possível alcançar provisoriamente a «verdade científica», como sublinhou António da Silva Rêgo ao lembrar que o artigo “Probabilidade Histórica” (1944) foi o único texto de debate de natureza teórica e historiográfica publicado pela Academia Portuguesa da História (A. S. Rêgo, *History in times of fascism...*, 2015, p. 27). Ademais, tornou centrais nos seus estudos sobre a Restauração figuras cruciais para compreender a política e o governo do Portugal seiscentista e, sobretudo, as facções políticas encabeçadas por indivíduos como Sebastião de César de Meneses (G. M. Mattos, *Nos bastidores...*, 1941), ou o conde de Castelo Melhor, cuja deposição, como notou Vinícius Dantas ao analisar os trabalhos de Mattos, terá sido mais importante que a do próprio rei, Afonso VI, por ter exposto os vários partidos e respectivos projectos dentro da corte portuguesa (V. Dantas, “A privança...”, 2013). Serviu-se ainda da prosopografia e da pequena biografia enquanto parte



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do seu modelo de observação geral, bem como da análise de agentes secundários, mas cuja acção permitiria justificar o papel de outros actores principais na intriga política (Idem, *O Sentido...*, 1944, p. 338). Nesta lógica, Nuno Gonçalo Monteiro destacou ainda a visão inovadora de Gastão de Mello de Mattos ao vincar a «contraposição entre o modelo corporativo e o modelo individualista», uma ideia que viria a ser retomada mais tarde por António Manuel Hespanha (N. G. Monteiro, “Identificação da política setecentista...”, 2001, p. 963). Acrescente-se a esta novidade o facto de ter destacado a característica endémica que permite perceber o fenómeno restauracionista e a luta pela independência de Portugal face ao reino vizinho ao considerar a existência de um consuetudinário «sentido político da vida portuguesa», que apelava organicamente ao regresso do sistema medieval e «às formas tradicionais do governo», justificação que se sobreporia, argumentava Mattos, a qualquer sentimento saudosista nacional ou aos interesses da conjuntura externa, um fenómeno nem sempre compreendido pelos «observadores estrangeiros» e que permaneceu «na obscuridade pela maior parte dos nossos historiadores» (G. M. Mattos, *O Sentido...*, 1944, p. 339). Nos seus trabalhos assistimos a uma inegável influência do historiador inglês Edgar Prestage, com quem se correspondeu, uma afinidade colhida pela proximidade cronológica e temática partilhada entre ambos por figuras como o conde de Castelo Melhor ou D. Francisco Manuel de Melo. Numa carta redigida em 1943, Prestage confessava já não ter «energia bastante para escrever mais um livro sobre D. Francisco Manuel» (G. M. Mattos, “Documentos inéditos...”, 1955, p. 170), parecendo pretender delegar subliminarmente em Mattos a sucessão desta tarefa, a qual, de facto, viria a concretizar num estudo preliminar publicado em 1955 (Idem, “Documentos inéditos...”, 1955). Do Portugal de seiscentos, Mattos espalhou-se até à centúria seguinte, trabalhando essencialmente assuntos de história militar, política e diplomática, campo último sobre o qual nos deixou contributos fundamentais ao prefaciá-lo e editá-lo, por exemplo, as *Memórias da paz de Utreque* (1931) dando continuidade a outros referentes ao envolvimento português na guerra da Sucessão espanhola (1702-1714).

A publicação e transcrição de fontes tornou-se outra das marcas de Mello de Mattos, de resto, em consonância com aquilo que a historiografia praticava ainda na primeira metade do século XX em Portugal. Apesar de aparentemente conservador, do ponto de vista da prática da História pôde destacar-se de alguns dos seus pares. A exaustiva investigação que desenvolveu nos arquivos nacionais não o impediu, por exemplo, de reconhecer os riscos de um potencial e excessivo apego à documentação, nem o perigo da credulidade no carácter inédito das fontes (Idem, “As notas do licenciado...”, 1942, p. 95; Idem, *Um soldado...*, 1939, pp. 5 e 6) nomeadamente decorrente de uma leitura literal daquelas que detinham carácter oficial (Idem, *O Sentido...*, 1944, p. 344), demonstrando com isto algum afastamento em relação àquilo que seria o espírito metódico ainda vigente em Portugal. Entusiasmava-o particularmente o confronto entre os diferentes documentos e a correcção de lapsos cometidos por quem anteriormente os tinha analisado, nomeadamente ao nível da datação, identificação da proveniência e (re)interpretação de determinado manuscrito, propondo-se frequentemente a refutar teorias de outros investigadores, tal como fez em trabalhos como *Regimento de Guerra Quinhentista* (1953) ou “Considerações tácticas sobre a batalha de Aljubarrota” (1962). Apesar de garantir que não tinha «qualquer intuito de abrir polémica» (Idem, “Considerações...”, 1962, p. 11), a proposta



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

deste último artigo contrariava abertamente o estudo de Cordeiro de Sousa, tendo por base as novas provas arqueológicas encontradas no campo de batalha, ao argumentar que a tática de ataque portuguesa se fez a pé e não a cavalo, um tema aliás ao qual os historiadores ainda hoje regressam (re)questionando estas duas posições distintas (J. G. Monteiro, *Aljubarrota Revisitada*, 2001, p. 239). Foi de contrariedades e revisionismos que resultaram os trabalhos mais relevantes de Mello de Mattos, nomeadamente as entradas que elaborou acerca da importância, origem e objectivo das Linhas de Torres Vedras (G. M. Mattos, “Torres Vedras, linhas de”, 1971, pp. 180-182), sobre o propósito da batalha de Alcácer Quibir, no qual defendeu que esta expedição teve como intuito alcançar um protectorado em Marrocos que auxiliasse a defesa contra os turcos e não propriamente a conquista da cidade (Idem, “Alcácer Quibir, batalha de”, 1963, pp. 919-923) ou o estudo no qual alegou existirem terços da armada e tropas organizadas em permanência em Portugal desde o século XVI (Idem, *Notícias do terço...*, 1932, p. 5).

Ainda antes dos seus primeiros trabalhos no campo historiográfico, Gastão de Mello de Mattos manteve um fervoroso activismo ao serviço do regime deposto no dia 5 de Outubro de 1910, o que resultou no seu envolvimento, ainda que alegadamente indirecto, na conspiração militar e nos consequentes crimes perpetrados por marinheiros e arsenalistas radicais na “Noite Sangrenta”, a 19 de Outubro de 1921, que teve como desfecho o massacre e a morte das figuras mais relevantes do governo republicano nomeadamente de António Granjo, presidente do Ministério, do tenente Freitas da Silva, e ainda de Machado dos Santos e Carlos da Maia, os dois homens mais proeminentes da implantação da República em Portugal (R. Brandão, *A Noite Sangrenta...*, 1991, p. 19). Berta da Maia, viúva do último, levou a cabo uma intensa investigação a título pessoal que teve como fim último apurar os autores morais responsáveis por este crime, publicando as suas conclusões num livro de memórias, no qual figuram as confissões do principal acusado, Abel Olímpio, «o dente de ouro». Foi aliás este último quem sugeriu uma possível relação entre os acontecimentos da noite de 19 de Outubro e a revolta de Monsanto, conhecida como Monarquia do Norte (1919), resultante da vontade de vários homens em vingar a morte do rei D. Carlos, avançando com o nome de alguns monárquicos dos quais fazia parte Gastão de Mello de Mattos (B. Maia, *As minhas entrevistas...*, 1928, p. 25). Tendo sido inquirido a 4 de Novembro de 1926 na Repartição Investigação Criminal, no auto de Mattos podemos ler o depoimento no qual confessa ter feito parte da liderança de «uma organização revolucionária de carácter conservador» e nacionalista, que teria como fim último o restituir do regime monárquico em Portugal (Idem, *ibidem*). No entanto, o processo que lhe foi instaurado pela Direcção de Justiça e Disciplina e que sustentaria a sua demissão do exército, em 1919, refere que Gastão de Mello de Mattos terá dito em voz alta ao sub-chefe e ao chefe de Estado Maior do quartel general da 5ª Divisão, no qual só deveriam servir oficiais republicanos, que «era monárquico e que devia ir-se embora, isto durante o período da insurreição monárquica do norte do país no ano de 1919», acusação da qual recorreu, pelo menos até 1938, argumentando nunca ter prestado semelhantes declarações que o vinculassem «a qualquer movimento revolucionário ou de apoio nos seus dirigentes» (*Processo Político...*, Arquivo Histórico Militar, Direcção de Justiça e Disciplina). Estamos, por isso, na presença de dois testemunhos contraditórios, ainda que nos pareça incontestável a ligação de Mattos à revolta monárquica de Monsanto. Mattos, acabaria, contudo, por



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

colaborar ao denunciar alguns dos nomes dos responsáveis pelo pagamento feito aos marinheiros envolvidos nos acontecimentos da “Noite Sangrenta”, sugerindo ainda o envolvimento de políticos monárquicos espanhóis, sem que, no entanto, nenhum dos personagens referidos, segundo Berta Maia, tenham sido interrogados na sequência desta confissão (R. Brandão, *A Noite Sangrenta...*, 1991, p. 217). Este processo nunca chegaria a um termo conclusivo e vários historiadores procuraram encontrar e imputar a autoria moral destes crimes, pendendo entre evidências pautadas por motivações republicanas radicais ou monárquicas conservadoras.

O nome de Gastão de Mello de Mattos parece, assim, ter ficado dissociado destes acontecimentos, mesmo que recuar a este ponto da sua vida seja essencial para enfatizar que a sua orientação política se espelhou não só nas amizades que estabeleceu na academia com indivíduos como o conde Tovar, o conde de São Paio ou Caetano Beirão, como para justificar inevitavelmente a elaboração de variados artigos de opinião que redigiu em periódicos de ideologia nacionalista e monárquica, tal como a *Feira da Ladra* e a *Acção Realista*. Este último funcionou como um eco crítico da República e do Liberalismo, convertido numa espécie de manifesto patriótico, doutrinário, tradicionalista e de pendor integralista, onde escreveram homens como Caetano Beirão, Castelo Branco-Chaves e Rolão Preto. Mello de Mattos deu o seu contributo em vários números numa coluna dedicada à “Tradição Militar” (G. M. Mattos, “Tradição...”, 1924) e na esteira do Integralismo Lusitano assinalou a decadência do presente comparativamente ao passado, exaltando os feitos da monarquia, nomeadamente a nível militar, considerando que a paz trouxera o desleixo do exército e que isso seria potencialmente perigoso para Portugal. Escreveu ainda sobre conceitos políticos antagónicos, posicionando-se na defesa de um deles: “Liberalismo e Nacionalismo” (Idem, “Liberalismo...”, 1924), “Reaccionários e Conservadores” (Idem, “Reaccionários...”, 1925), entre outros. Luís Reis Torgal assinalou que esta marca do Integralismo Lusitano esteve ainda presente nos seus estudos científicos, sendo visível na análise de processos históricos como a Restauração (L. R. Torgal, *Ideologia política...*, 1981, pp. 97 e 98). Pelo contrário, Fernando Dores da Costa assinalou que no contexto dos trabalhos publicados, em 1940, a propósito das comemorações do centenário da Restauração, Mello de Mattos foi capaz de conter, contrariamente a outros, o carácter exaltacionista e nacionalista nos mesmo (F. D. Costa, “Interpreting the portuguese...”, 2005, p. 2). Associado a este movimento, destaca-se ainda o seu anti-iberismo, patente também na sua actividade público-científica, tendo pertencido à comissão do 1º de Dezembro da Sociedade Histórica da Independência, uma entidade da qual faziam parte militares, intelectuais, professores e historiadores, como Eduardo Brazão, Fidelino de Figueiredo e António Ferrão, que tiveram um papel importante na retórica patriótica e anti-espanhola (S. C. Matos, *Iberismos...*, 2017, pp. 120-124).

Gastão de Mello de Mattos desenvolveu a sua actividade científica e intelectual em proximidade com o círculo académico português, sendo assíduo nas sessões da Academia Portuguesa da História, instituição da qual foi feito sócio supranumerário em 1938, passando a titular em 1944 e assumindo no ano seguinte a cadeira nº 19, enquanto vice-secretário geral, que havia pertencido em tempos ao arqueólogo, José Leite de Vasconcelos. Foi ainda sócio efectivo da Associação dos Arqueólogos Portugueses e foi membro fundador do Gabinete de Estudos Heráldicos e Genealógicos.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia activa: MATTOS, Gastão de Mello de “Notícia de alguns memorialistas portugueses do princípio do século XVIII”, *Nação Portuguesa*, nº I, 1929; “Nota sobre os postos no exército português”, *Arqueologia e História*, vol. VIII, Lisboa, 1930, pp. 5-26; *Memórias da Paz de Utrecht*, prefácio de Gastão de Mello de Mattos, Lisboa, Tip. José Fernandes Júnior, 1931; *Um soldado de fortuna do século XVII*, Lisboa, Tipografia Inácio Pereira Rosa, 1939; *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar, 1941; “Nos bastidores da política seiscentista de D. Sebastião César de Meneses”, *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, [s.n.], 1941; *Um processo político do século XVII*, Lisboa, Tip. Bertrand, 1942; “As notas do licenciado Luís Crispim e outras relações da Aclamação”, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, XV, 1942, pp. 95-126; “O significado político da Restauração”, in *Actas do 4.º Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, Porto, 1943; “O sentido da crise política de 1667”, Separata dos *Anais da Academia Portuguesa da História*, vol. VIII, 1944; *Regimento de Guerra Quinhentista*, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. IV, Lisboa, 1953; “Documentos inéditos sobre D. Francisco Manuel”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 6, Lisboa, 1955, pp. 167-188; “Resposta do académico de número Gastão de Mello de Mattos”. RAU, Virgínia, *Elogio do Engº Joaquim Bensaúde*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, pp. 36-45; “Considerações tácticas sobre a batalha de Aljubarrota”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, II Série, vol. 12, 1962, pp. 11-19; “Torres vedras, linhas de”, SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, 2ª ed, 1971, pp. 180 a 182; “Alcácer-Quibir (batalha de)”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 1., Lisboa, Editorial Verbo, 1963, pp. 918-924; Idem e BANDEIRA, Stubbs Saldanha Monteiro, Luís, *Heráldica*, Verbo, Lisboa, 1969.

Bibliografia passiva: BRANDÃO, José, *A Noite Sangrenta*, Lisboa, Alfa, 1991; “Centro de Acção Popular (1948)”, *Polipedia*. Disponível em: <http://www.politipedia.pt/centro-de-accao-popular-1948/>; COSTA, Fernando Dores da “Interpreting the Portuguese War of Restoration (1641-1668) in a European context”. e-*JPH* [Em linha], vol. 3, nº 1, 2005, pp. 1-14. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/25399/1/EJPH3_1_artigo2.pdf?ln=pt; DANTAS, Vinícius, “A privança no Portugal restaurado. A historiografia sobre o 3.º conde de Castelo Melhor” [Em linha], *Ler História*, 64, 2013, pp. 201-214, [Consult. 27 de Julho de 2020]. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/263>; DIAS, Eurico Gomes, “História Militar”. [Em linha]. MATOS, Sérgio Campos, *Dicionário dos Historiadores Portugueses* [Consult. 27 de Julho de 2020]. Disponível em http://dichp.bnportugal.pt/tematicas/tematicas_hist_militar.htm; FERREIRA, Cardoso, “Aveirenses ilustres. Gastão de Melo de Matos – Militar e Historiador”. [Em linha]. 2020 [Consult. 27 de Julho de 2020]. Disponível em <http://diocese-aveiro.pt/cultura/aveirenses-ilustres-gastao-de-melo-de-matos-militar-e-historiador/>; MAIA, Berta, *As minhas entrevistas com Abel Olímpio “O dente de ouro”: páginas para a história da morte vil de Carlos da Maia, republicano combatente no 5 de Outubro*. Lisboa, [s.n.], 1928; MATOS, Sérgio Campos, *Iberismos: nação e transnação, Portugal e Espanha (c.1807-c.1931)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Coimbra, 2017; MENDES, José Maria Amado, “Caminhos e problemas da historiografia portuguesa”. TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Maria Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, pp. 373-42; MONTEIRO, João Gouveia et. al., *Aljubarrota Revisitada*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2001; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no período joanino”. [Em linha]. *Análise Social*, vol XXXV (157), 2001, pp. 961-987. [Consult. 30 de Julho de 2020]. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218724954O2ISG8id1Xd37CB7.pdf>; RÊGO, António da Silva, *History in times of fascism: Discipline and Practices of History during the Beginning of the Portuguese New State*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Leiden, 2015; TORGAL, Luís Reis, *Ideologia política e teoria do estado na Restauração: contributo para o seu estudo*, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1981; VENTURA, António, “António Sardinha Republicano”. *Gil Vicente*, Revista de Cultura e Actualidade, nº 4, IV Série, Janeiro – Dezembro de 2003, pp. 43 a 55. [Consult. 30 de Julho de 2020]. Disponível em <http://lagosdarepublica.wikidot.com/antonio-sardinha-republicano>.

Sónia Borges